

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 543.972 - SP (2019/0332616-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : DIEGO DE GOES BAULEO
ADVOGADOS : PEDRO MACHADO DE ALMEIDA CASTRO - DF026544
LEONORA E SILVA MAZÃO - DF018992
OCTAVIO AUGUSTO DA SILVA ORZARI - DF032163
VINÍCIUS ANDRÉ DE SOUSA - DF060285
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO **HABEAS CORPUS**. AGRAVO REGIMENTAL NO **HABEAS CORPUS**. DISPONIBILIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE CONTEÚDO PORNOGRÁFICO ENVOLVENDO CRIANÇA E ADOLESCENTE. DOSIMETRIA. PEDIDOS DE RECONHECIMENTO DA CONSUNÇÃO, AFASTAMENTO DO CONCURSO MATERIAL E APLICAÇÃO DO CONCURSO FORMAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. **WRIT** INDEFERIDO LIMINARMENTE. AGRAVO DESPROVIDO.

I - A parte que se considerar agravada por decisão de relator, à exceção do indeferimento de liminar em procedimento de **habeas corpus** e recurso ordinário em **habeas corpus**, poderá requerer, dentro de cinco dias, a apresentação do feito em mesa relativo à matéria penal em geral, para que a Corte Especial, a Seção ou a Turma sobre ela se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a.

II - A via do **writ** somente se mostra adequada para a análise da dosimetria da pena, quando não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e houver flagrante ilegalidade.

III - Quanto aos **punctum saliens**, na hipótese, destaca-se que o Tribunal de origem não exerceu qualquer juízo de cognição acerca das insurgências constantes nas razões do **writ**, nem mesmo nas razões do agravo, vale dizer, eventual *violação do dever constitucional de fundamentação pelo TRF3*. Nesse diapasão, considerando que sobreditas irresignações sequer foram requestadas originariamente, esta Corte fica impedida de examinar diretamente cada **quaestio, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância**. Convém observar que, consoante a jurisprudência desta Corte Superior, o prévio exame das matérias pelas instâncias ordinárias constitui requisito indispensável para sua apreciação nesta Corte. Precedentes.

IV - Tem-se manifesta a incompetência deste Tribunal para tomar conhecimento do pedido, impossibilitando o prosseguimento do **writ**, a teor do disposto no art. 210, do RISTJ.

Agravo regimental desprovido.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator